

O mundo da *pólis*: reflexões a partir do modelo ateniense e da crise no território políade no século IV a.C.

The world of the polis: reflections on the Athenian model and the crisis in the territory of the poleis in the fourth century BC

Alessandra André*

Resumo: Derivado do termo grego *pólis*, que significa cidade, o adjetivo políade, serve para designar o sistema político surgido na Grécia por volta do século VIII a.C., no território que ficou conhecido como Hélade, e que entrou em um processo de desestruturação a partir do final do século V a.C. Nosso objetivo, neste artigo, é esboçar de forma geral a natureza deste tipo particular de estado que foi a cidade grega, ao mesmo tempo que buscamos mostrar os elementos que levaram à desestruturação deste sistema, como a Guerra do Peloponeso e a emergência da Macedônia como uma potência política e militar, fatores que contribuíram de certa forma para novas reflexões sobre a *pólis* e a *basileia*. Devido ao fato de a maior parte das informações sobre a *politeia* grega provir de Atenas e de as fontes consultadas neste artigo serem de origem ateniense, desenvolvemos nossas reflexões a partir dessa *pólis*.

Abstract: Derived from the Greek word *polis*, meaning city, the adjective poliade, used to describe the political system that emerged in Greece around the eighth century BC, defines the territory that became known as Hellas, and entered into a process of disintegration from the end of the fifth century BC. Our goal in this article is to outline in general terms the nature of this particular type of state which was the Greek city at the same time we seek to examine the elements that led to the breakdown of this system, as the Peloponnesian War and the rise of Macedonia as a political and military power, factors that contributed in some way for further reflection on *polis* and *basileia*. Because most of the information about the Greek *politeia* comes from Athens and the sources consulted in this work are of Athenian origin, we develop our reflections based on such *polis*.

Palavras-chave:

Pólis;
Guerra do Peloponeso;
Desestruturação;
Macedônia;
Cosmópolis.

Keywords:

Polis;
Peloponnesian War;
Destructuring;
Macedonia;
Cosmopolis.

Recebido em: 30/04/2016
Aprovado em: 01/06/2016

* Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação do prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir-ES) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes).

Algumas considerações sobre a *politeia*

O Estado, na Antiguidade, apresentou uma tipologia diferente do Estado moderno, e os pontos fundamentais destas diferenças residem no fato de que a *politeia* grega não era burocratizada e muito menos vinculada a um ideal de nação. O próprio termo *politeia* é fundamental para compreendermos o Estado grego. Ele pode significar tanto a comunidade dos cidadãos que formam uma *pólis* como o conjunto das instituições que o constituem. Esse fator, que tornava os cidadãos e as instituições partes de um todo comum, provém da concepção organicista que os gregos possuíam do Estado, que é a analogia entre o Estado e um organismo vivo (VECA, 1996, p. 11-12). Para ilustrar melhor a questão, nada mais adequado do que os testemunhos da época. Recorreremos, assim, a dois grandes teóricos do Estado grego: Platão e Aristóteles. Esses filósofos, mesmo vivendo em um período em que a *politeia* já passava por uma profunda desestruturação, foram os primeiros a refletir sobre a natureza do Estado *políade* que, para ambos, era algo natural.

Platão nos fornece um panorama das diferentes formas de governo. Para ele, a tríade Razão, Legalidade, Ordem constitui a beleza, a virtude e a moralidade. Tal tríade aparece na arte, na política, na ciência e na filosofia. Em uma passagem do *Górgias* (504e), esta questão fica mais clara: “[...] os sábios ensinam-nos que o Céu e a Terra e os deuses e os homens se conservam juntos por comunhão e amizade, por regularidade, temperança e justiça; e é por essa razão que eles designam o universo por ordem (cosmos) não por desordem ou devassidão”. O cosmos político, para Platão, é somente uma expressão, embora a mais característica de todas, do cosmos universal. O próprio termo *justiça* tem um sentido diferente para Platão. É um princípio geral de ordem, regularidade, unidade e legalidade. Essa questão da ordem nos remete ao objetivo maior do Estado. Sobre essa questão, Clastres (1989) afirma ser o fim último do Estado a *construção da ordem*.

É com Aristóteles, entretanto, que a concepção organicista do Estado fica mais clara. O modelo aristotélico da política é conhecido como *história natural*. Nesse modelo, a ordem da política é o resultado do crescimento de ordenamentos naturais que regulam as interações próprias das sociedades animais, que são as sociedades de homens (machos, adultos e ociosos). A ideia aristotélica é a de que é *da ordem natural que nasce a ordem política* (VECA, 1996, p. 11-12). Para Aristóteles, em sua obra *Política*, a natureza distinguiu os homens em macho e fêmea. Por meio da união destes, formou-se a primeira associação, ou melhor, a primeira família, que serviria para procriar e satisfazer

as necessidades elementares.¹ Mas, dado que as famílias não bastavam a si mesmas, formou-se a vila, que era uma associação mais ampla, com a finalidade de garantir, de modo sistemático, a satisfação das necessidades vitais. Não havia ainda as condições necessárias de satisfazer as necessidades da vida em geral; as vilas não bastavam para garantir as condições de uma vida perfeita, isto é, da vida moral. Esta forma de vida, que podemos chamar de espiritual, só poderia ser garantida pelas leis, pelas magistraturas e, em geral, pela complexa organização de um Estado. Seria no Estado que o indivíduo, sob efeito das leis e das instituições políticas, seria levado a sair do seu egoísmo e a viver conforme o que é bom. O Estado seria, assim, cronologicamente, o último elemento a surgir neste modelo, mas seria o primeiro ontologicamente, pois se configuraria como o todo do qual a família e a vila seriam as partes e, do ponto de vista ontológico, o todo precede as partes, porque é ele que confere sentido às partes – ou melhor, às outras associações (REALE, 2003, p. 432).

A *politeia*, assim, é tida como algo natural, que surgirá de qualquer forma, independente da vontade dos indivíduos, pois ela é o fim, o objetivo final da existência humana, por determinação da natureza. Nessa perspectiva, o homem é o que Aristóteles chamou de *zoon politikon* – o homem como animal político. Para Aristóteles, a sociedade e a *politeia* não se distinguem.

O Estado, ou a sociedade política, é até mesmo o primeiro objeto a que se propôs a natureza. O todo existe necessariamente antes da parte. As sociedades domésticas e os indivíduos não são senão as partes integrantes da cidade, todas subordinadas ao corpo inteiro, todas distintas por seus poderes e suas funções, e todas inúteis quando desarticuladas, semelhantes às mãos e aos pés que, uma vez separados do corpo, só conservam o nome e a aparência, sem a realidade, como uma mão de pedra. O mesmo ocorre com os membros da *pólis*: nenhum pode bastar-se a si mesmo. Aquele que não precisa dos outros homens, ou não pode resolver-se a ficar com eles, ou é um deus, ou um bruto. Assim, a inclinação natural leva os homens a este gênero de sociedade (*Política*, I, I, < 11).

Essa concepção de que a *politeia* são as pessoas dotadas de cidadania é chamada por Canfora (1994, p. 115) de “concepção pessoal do Estado”. Nesta concepção, o Estado não tem uma personalidade jurídica autônoma para além e acima das pessoas; antes coincide com as próprias pessoas, com os cidadãos.² Porém esta ideia de Estado tem

¹ Para Aristóteles, no núcleo familiar também estava inserido o escravo, que era escravo *por natureza*.

² Hannah Arendt, em seu trabalho intitulado *A condição humana*, deixa claro que mesmo tomando a *politeia* tal importância para a comunidade de cidadãos, não deixou de haver a esfera privada, a esfera da família. “Historicamente, é muito provável que o surgimento da cidade-Estado e da esfera pública tenha ocorrido às custas da esfera privada da família e do lar. Contudo, a antiga santidade do lar, embora muito mais pronunciada na Grécia clássica que na Roma antiga, jamais foi inteiramente esquecida. Isso impediu que a *pólis* violasse as vidas privadas dos seus cidadãos e a fez ver como sagrado os limites que cercavam cada propriedade. Não foi o respeito pela propriedade privada tal como

algumas consequências para o autor:

[...] por exemplo quando a comunidade se encontra dividida pela *stásis*, a luta civil, circunstância nada invulgar [...]. Por vezes, nessas alturas, a comunidade cinde-se, mesmo fisicamente, em duas ou mais partes, como aconteceu frequentemente em Atenas, nas reiteradas crises que eclodiram durante a longa guerra em finais do século V. Portanto pode acontecer que uma parte do Estado se constitua em “anti-Estado” e se proclame – reclamando-se de uma maior coerência em relação a uma nunca bem esclarecida “constituição ancestral” (*pátrios politeia*) – como único, legítimo Estado (CANFORA, 1994, p. 115-116).

Esta discussão deixa claro que mesmo que os teóricos pretendam um Estado natural, esse na verdade é uma construção. O sistema políade, com todas as suas vicissitudes, não deixa de ser uma construção. O homem grego esteve sempre convencido de que a *pólis* e a sua lei constituíam o paradigma de toda forma de vida superior. O indivíduo era, substancialmente, o cidadão e o valor e a virtude do homem eram o valor e a virtude do cidadão: a *pólis* não era o horizonte relativo, mas, sim, o horizonte absoluto da vida do homem. Vemos ainda que, nesta concepção, as relações de poder propriamente políticas são pensadas de forma horizontal – em relação aos cidadãos (VECA, 1996, p.18).

A organização da comunidade cívica

No regime políade, temos um tipo particular de Estado: é a comunidade de cidadãos que se governa. Na *pólis* arcaica (séculos VIII-V a.C.), que surgiu devido à supressão dos *basileis*,³ não havia mais súditos e sim cidadãos que, a partir daquele momento, passavam a ser os responsáveis pela solução dos problemas coletivos. Os cidadãos representavam, nesse contexto, a própria unidade política. Não se falava que “Atenas promoverá uma guerra contra determinada cidade”, mas, sim, que “os atenienses o farão”. A comunidade, na teoria, encontrava-se acima das idiosincrasias e interesses particulares (MOSSÉ, 1997, p. 57). É preciso esclarecer, para melhor compreensão de nosso trabalho, quem era o cidadão, para não idealizarmos uma *pólis* harmônica, onde todos os que viviam nela possuíam direitos cívicos. Povo e cidadão possuem conotações diferentes, e nos interessa aqui o cidadão, mais especificamente o cidadão ateniense, devido à origem da documentação.

Se considerarmos o exemplo de Atenas, constatamos que eram relativamente poucos os que usufruíam da cidadania: os homens adultos, filhos de pai e mãe atenienses,

concebemos, mas o fato de que, sem ser dono de sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo porque não tinha lugar algum que lhe pertencesse” (ARENDR, 2007, p. 38-39).

³ O termo *basileis* se refere aos monarcas da fase da história grega denominada Homérica, que compreendeu o período por volta de 1200 a 800 a.C. Da queda da figura do *basileus*, surgiria a *pólis*.

livres de nascença. Isso reduz em muito o número de cidadãos, se considerarmos que o número de escravos era grande, e os filhos nascidos de apenas um progenitor ateniense não gozavam do estatuto de cidadania. Além disso, até o século VI a.C., a plenitude dos direitos políticos não era concedida aos que nada possuíam. Vejamos o que diz Canfora sobre a cidadania no período clássico em Atenas:

Numa palavra, na época clássica, a visão da cidadania resume-se à identidade cidadão-guerreiro. É cidadão, faz parte de pleno direito da comunidade através da participação nas assembleias deliberativas, quem é capaz de exercer a principal função dos homens adultos livres, isto é, a guerra. O trabalho era feito sobretudo pelos escravos e, em certa medida, pelas mulheres. Como, durante muito tempo, ser guerreiro implicou também dispor dos meios para prover ao armamento pessoal, a noção de cidadão-guerreiro identificou-se com a de rico, detentor de um certo rendimento [...] que desse ao potencial guerreiro a possibilidade de se armar a expensas próprias. Até esse momento, os que nada possuíam permaneceram numa condição de minoridade política e civil bastante próxima da condição servil. Cerca de um século depois de Sólon, com a viragem de Atenas para o mar e o nascimento de uma frota de guerra estável na época da vitória sobre os persas, foi necessária uma mão-de-obra bélica maciça: os marinheiros, a quem não era pedido que "se armassem a si mesmos". Foi essa viragem, o fato político-militar que provocou – nas democracias marítimas – o alargamento da cidadania aos que nada possuíam (os *tetes*), que assim ascendem finalmente à condição de cidadãos-guerreiros (CANFORA, 1994, p. 108-109).

Assim, vemos que, mesmo dentro do corpo de cidadãos, havia um desequilíbrio, e isso em situações críticas poderia gerar certos conflitos, como os que ocorreram após a Guerra do Peloponeso, com a redução do corpo cívico em algumas *pólis*.

Havia, no mundo helênico, três modalidades de *pólis*. A primeira era a *aristocrática*, própria do período arcaico, na qual o *aristós* do período homérico se converteu em cidadão e o homem do *demos* participava, no máximo, das assembleias. A segunda era a *oligárquica*, na qual o governo era exercido pelos que possuíam censo, independentemente do nascimento. Por último, temos a *democrática*, cujo governo era exercido pela maioria, independentemente da riqueza. Nesta última, tomando como exemplo Atenas, as exigências para o indivíduo se tornar cidadão, como mencionamos acima, eram, a partir de Péricles, ser filho de pai e mãe originários da *pólis*, ser do sexo masculino e possuir a maioria (CARDOSO, 1985, p. 16-23). É importante mencionar que, nos seus primórdios, todas as *pólis* foram aristocráticas. Não se deve, porém, encarar os três modelos citados como um esquema evolutivo, linear. As *pólis* oligárquicas ou democráticas surgiram devido à *stásis* (conflito, guerra civil), na medida em que o *demos* foi cada vez mais reivindicando poderes políticos que se encontravam concentrados nas mãos dos *aristói*.

Os cidadãos das *pólis* possuíam participação direta na política. Quer dizer, a representação praticamente inexistia nesse mundo. Nesse tipo particular de Estado, como

já mencionamos, também não havia a tripartição dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário e entre política e religião, apesar de esta última ter tido seu espaço restringido com o advento da *pólis* (CARDOSO, 1985, p. 7).

Os órgãos políticos que compunham a *politeia* eram basicamente três: a *assembleia*, o *conselho* e as *magistraturas*. A primeira contava com a participação de todos os cidadãos da *pólis*; a segunda era formada por alguns cidadãos previamente escolhidos, e, em alguns casos, a função poderia ser de caráter vitalício; as magistraturas, por sua vez, eram ocupadas por indivíduos no decorrer de determinado período de tempo. Os magistrados poderiam ser eleitos ou sorteados (MOSSÉ, 1985, p. 25). O contato visual, face a face, era outro aspecto fundamental para a manutenção do sistema *poliade*. A palavra constituía um elemento fundamental para o exercício da política no mundo helênico (ROCHA, 1995, p. 116).

No caso de Atenas, a instituição da democracia ocorreu com Clístenes e, nesse momento, adentramos o período clássico. Em 508 a.C., Clístenes reformou a constituição ateniense, e sua principal medida foi a reorganização do corpo cívico. Por essa época, a *Ecclesia*, tornou-se o órgão político soberano, e a democracia foi estabelecida em Atenas.⁴

Durante o século V a.C., mais ou menos um terço da população ateniense vivia no núcleo urbano, incluindo artesãos, escravos, metecos e a fração abastada da população. Fazer política no Mundo Antigo era dedicar o seu próprio tempo para a *pólis*, sem retribuição monetária. Assim, mesmo possuindo um governo democrático, em Atenas foram os ricos que se ocuparam, na maior parte do tempo, da política. Tais pessoas dispunham de escravos e capatazes para cuidarem de suas propriedades enquanto exerciam funções públicas no núcleo urbano. A maior parte da população vivia na zona rural. O mundo antigo como um todo foi, por excelência, um mundo onde o elemento rural predominou sobre o urbano. O modelo de cidadão era constituído por aquele que fosse ao mesmo tempo *cidadão/camponês/soldado*. Essa terminologia, criada por Finley, deixa claro que, na maioria das *pólis*, não havia a especialização das atividades políticas, incluindo Atenas.

No geral, não havia, na *pólis*, representação, e o aparato administrativo era mínimo: o ideal era que o próprio cidadão resolvesse os problemas coletivos; não havia uma carreira política nos moldes atuais. A maioria dos cargos era sorteada. Os outros eram eletivos. Assim, o maior número possível de cidadãos deveria participar das atividades políticas de acordo com as suas condições. Tudo deveria ser feito pelos cidadãos, que não tinham especialização, salvo em Esparta, que foi um caso único de especialização militar. Sobre os órgãos políticos atenienses, podemos citar a *ecclesia* em primeiro lugar.

⁴ A democracia provavelmente teve origem em Quios, por volta de 575 a.C. (MOSSÉ, 1997).

Poderia fazer parte da *ecclesia* ateniense qualquer cidadão acima de 18 anos. Qualquer um poderia intervir e votar abertamente. Apenas em casos especiais recorria-se ao voto secreto. Os poderes da assembleia, a princípio, eram ilimitados. As magistraturas eram escolhidas pela assembleia mediante sorteio ou eleição. Ela controlava ainda os assuntos da paz e da guerra, do recrutamento dos hoplitas e da distribuição de recursos para o exército e a frota, entre outras atividades (MOSSÉ, 1985, p. 45). Era na *ecclesia* que residia a soberania da *pólis* democrática.

Outro órgão era a *Boulé* dos 500, que constituía um conselho. Seus membros eram escolhidos por meio de sorteio e se consideravam defensores perpétuos da cidade, preparando também a agenda do que seria discutido pela *ecclesia*. No que concerne às magistraturas, as mais importantes eram o *arcontado* e a *estratégia*. As pessoas que ocupavam esta última não eram tão-somente gerais. Eram, acima de tudo, líderes políticos e hábeis oradores e podiam ser eleitos ano após ano, como no caso de Péricles, eleito 15 vezes consecutivas. Para as demais magistraturas, havia a restrição da reeleição. As funções de *arconte* eram, sobretudo, religiosas e judiciais. O *arconte-rei* presidia toda a vida religiosa da *pólis*, e o seu papel era particularmente importante na altura das grandes festas em honra dos deuses protetores de Atenas: Zeus, Atená, Dionísio ou Deméter. Além disso, tomava conhecimento de todas as ações de caráter religioso, compreendendo os processos com pena de morte. Existia ainda, dentre as magistraturas mais importantes, o *tribunal dos Heliastas* – uma instância política e judiciária. Esse tribunal era popular por excelência e dele tinha o direito de participar qualquer ateniense maior de 30 anos e em plena posse de seus direitos cívicos (MOSSÉ, 1985, p. 49-78).

Os valores cívicos que regiam a vida da *pólis* eram a *isonomia*, a *isegoria* e a *isocracia*. No primeiro, considerava-se que todos os cidadãos eram iguais perante a Lei; no segundo, todos tinham o direito à palavra e, no terceiro, todos possuíam o direito a participar da política de acordo com a sua condição.

Podemos observar, dessa forma, que no sistema políade a autoridade repousava no cidadão – e tal autoridade, em tese, era ilimitada. Liberdade, nesse contexto, significava uma existência ordenada, dentro de uma comunidade que era governada por um código estabelecido e por todos respeitado com o intuito de manter o que Aristóteles chamava de *bem comum*. Essa comunidade política, a *politeia*, era vista como algo natural e inerente à existência humana. O fato de a comunidade ser a única fonte da lei era a garantia de liberdade e fazia com que as relações de poder que envolviam o político fossem vividas de forma horizontal entre os cidadãos, não separando-se a sociedade do Estado – ambos se completavam. Esse fato fazia com que o poder da *pólis* repousasse nos cidadãos em comunidade, considerando, claro, as devidas ponderações que fizemos

acerca da igualdade cívica. Na prática, as coisas eram mais difíceis, e o forte sentimento de comunidade esbarrava na grande desigualdade social, já que o corpo de cidadãos, principalmente em Atenas, era composto por grupos sociais diversos.

Império e stásis: o rompimento do equilíbrio poliade

Um dos fatores que contribuíram para a *pólis* ateniense consolidar, dentro de certos limites os ideais cívicos listados acima, foi a constituição de um Império marítimo a partir das Guerras Greco-Pérsicas ocorridas nos anos iniciais do século V a.C.,⁵ que acabaram por levar à formação da Liga de Delos.

Ao final das Guerras Greco-Pérsicas, que teve como desfecho a Batalha de Plateia (479 a.C.), Atenas mesmo abalada, conseguiu sair do conflito engrandecida – e soube aproveitar muito bem o prestígio adquirido. É o que explicita Mossé (1997, p. 29):

Abalada porque era-lhe mister levantar-se de suas ruínas ainda fumegantes. Mas também engrandecida, porque tinham sido os atenienses que, por duas vezes, impuseram a decisão. É verdade que, nem em Maratona, nem em Salamina, os estrategos atenienses revelaram brilhantes qualidades militares. Tanto em 490 a.C., como em 480 a.C., no dizer dos autores antigos, a astúcia havia desempenhado o papel principal, face a um exército e uma armada heteróclitos. Mas, a ressonância moral e política das guerras médicas teria prolongamentos infinitos, que a propaganda ateniense se encarregaria de alimentar.

A partir desses acontecimentos, Atenas alicerçou-se no domínio dos mares, assumindo um papel de destaque no mundo grego. Mas ainda existia o medo de uma nova investida persa. Assim, formou-se, sob a direção de Atenas, a Liga Ático-Délica. A Liga de Delos, a princípio, era uma *simaquia*, uma aliança militar que congregava as

⁵ Em meados do século VI a.C., os gregos depararam-se pela primeira vez com a ameaça persa. Os persas, sob a liderança de Ciro, haviam dominado colônias gregas situadas na Ásia Menor. Já sob o governo de Dario, temos, em 499 a.C., a revolta dos jônios da Ásia Menor. Somente Atenas e Erétria prestaram auxílio aos jônios. O conflito terminou em 494 a.C., com a Jônia sendo destruída pelas forças persas. Essa revolta, de acordo com Rostovtzeff (1967, p. 30) e Mossé (1997, p. 25-27), desempenhou importante papel na história das relações entre a Pérsia e a Grécia. A intervenção dos atenienses provou que a dominação persa exercida sobre as cidades gregas da Ásia não estaria garantida enquanto o Grande Rei não submetesse também a Grécia continental. Dessa forma, em 490 a.C., os persas empreenderam uma campanha contra a Hélade, com o pretexto de punir Atenas e Erétria pela ajuda que prestaram aos jônios. A conquista da Ática parecia simples ao Império Aquemênida. Não obstante, por uma série de acontecimentos e imprevistos, os atenienses, conduzidos por Milcíades, lograram uma célebre vitória em Maratona, e uma sucessão de crises internas no território do Império Persa deu à Grécia trégua e alívio nos dez anos seguintes. Durante esse período de trégua, a Hélade aumentou seus cursos e fortaleceu-se, principalmente a *pólis* ateniense. Em 480 a.C., o imperador persa Xerxes promoveu uma nova campanha contra a Grécia, melhor organizada do que a de 490 a.C. Muitas cidades se renderam e a Ática foi invadida. Mas atenienses e outros helenos concentraram suas frotas na enseada de Salamina. Os atenienses, de maneira imprevisível, venceram as forças inimigas, que regressaram à Pérsia. Essa vitória foi decisiva para a Grécia, mesmo que parte do exército persa tenha permanecido na Tessália e, em 479 a.C., promovesse um novo ataque contra os gregos.

idades jônias em torno do santuário de Delos, onde seria depositado o tesouro federal. O Erário destinava-se a cobrir as necessidades da Liga e seria alimentado por um tributo pago pelos aliados que não pudessem ou não quisessem ter participação direta na defesa comum (GUARINELLO, 1987, p. 16).

Essa experiência de aliança militar, no entanto, não era inédita, pois a primeira das grandes ligas, a do Peloponeso, surgiu na segunda metade do século VI a.C., congregando um conjunto de *póleis* lideradas por Esparta. Essa liga subsistiu até 338 a.C. Já a Liga de Delos, que surgiu em 478 a.C., foi destruída em 404 a.C., reconstruída parcialmente no século IV a.C. e dissolvida em 338 a.C. (MOSSÉ, 1985, p. 121-132). Ao final das Guerras Greco-Pérsicas, o mundo da Hélade viu-se dividido em dois grandes blocos: o das oligarquias e o das democracias. Inicia-se assim o *período clássico*, no qual Atenas desenvolve uma prática imperialista cada vez mais evidente por meio da Liga de Delos.

A Liga expulsou a frota persa do Egeu no espaço de uma década. Naturalmente, com o perigo afastado, as cidades aliadas logo trataram de recuperar sua autonomia. Atenas, porém, não permitiu qualquer retirada. Por meio da Liga e do poderio da frota, Atenas pôde manter o regime democrático sem grandes problemas. Com os tributos das cidades aliadas, a *pólis* conseguiu certa estabilidade interna e resolveu os problemas socioeconômicos de grande parte de seus cidadãos, o que não significou o desaparecimento dos conflitos entre os diferentes grupos sociais, inclusive grupos contrários ao regime democrático. Mesmo assim, foi possível manter, de certo modo, os ideais de *isonomia*, *isegoria* e *isocracia* que regiam a democracia, bem como o sistema de *cidadão/camponês/soldado*, o que implicava a não especialização política (FINLEY, 1988a, p. 75-78). Dessa forma, Atenas era capaz de esmagar qualquer revolta das cidades aliadas. A Liga de Delos transformou-se progressivamente em um Império, e o símbolo dessa transformação foi a mudança da sede e do tesouro de Delos, em 454 a.C., para a cidade de Atenas. A maioria dos Estados-membros passou a contribuir com dinheiro, e Atenas passou a controlar a frota inteira.

Se Atenas buscava os ideais de autonomia e harmonia no interior da sua própria *pólis*, ela não respeitava esses ideais no que se referia às *póleis* aliadas. Atenas unificou os padrões de pesos e medidas dessas cidades e instituiu as *clerúquias* que, conforme Guarinello (1987, p. 17-18),

[...] consistiam na ocupação de lotes (os *kleroi*) das melhores terras agrícolas no território dos Estados da Liga por cidadãos atenienses que não dispunham de propriedades agrárias na Ática. Aqueles que eram agraciados com tais lotes conservavam a cidadania ateniense e não se integravam ao corpo social das cidades em cujo território se estabeleciam. Constituía, assim, ao mesmo tempo uma válvula de escape para as pressões sociais em Atenas e um ônus ofensivo para os aliados.

Esses acontecimentos levaram ao rompimento do princípio de autonomia das *pólis* aliadas, principalmente devido às *clerúquias*, pois só cidadãos poderiam ter acesso à terra.⁶ As atitudes do governo ateniense no sentido de intervir na política e na economia das outras *pólis* preocupavam mais ainda os partidários da oligarquia, e outras cidades temiam a interferência de Atenas em seus assuntos internos.⁷ Essa divisão que se estabeleceu entre os partidários da oligarquia e os da democracia, com o tempo, levou à Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), que foi o confronto dos dois lados liderados, respectivamente, por Esparta e Atenas e que envolveu quase todas as *pólis*.

A Guerra do Peloponeso marca uma virada decisiva na História da Grécia em todos os seus aspectos. Tal conflito daria início ao processo de desestruturação da *pólis* clássica, de maneira que, de 431 a 338 a.C., a Hélade se encontraria imersa em um estado de guerra contínua. A guerra teve início a partir de um duplo conflito, em que se defrontaram atenienses e coríntios nos arredores de Corcira, uma colônia de Corinto que ficava próxima a Potideia, pela posse comum de Epidamno. Os corcíreus pediram ajuda aos atenienses. Potideia, que era também uma colônia coríntia, ao contrário de Corcira, mantinha laços com Corinto. Mesmo assim, Atenas exigiu dos potideus que rompessem com os coríntios. Assim, havia um estado de guerra entre Atenas e Corinto (MOSSÉ, 1997, p. 45).

O problema é que Corinto integrava a Liga do Peloponeso, e, como precaução, os coríntios pediram auxílio aos espartanos. Como mencionamos acima, o aumento do poderio ateniense após as Guerras Greco-Pérsicas não era bem visto por muitas cidades, principalmente pelas oligárquicas. Essa hostilidade a Atenas tinha seu representante máximo em Esparta, que *a priori* hesitou em iniciar um conflito cujo desfecho parecia incerto. Esparta desejava que Atenas respeitasse a autonomia das *pólis*. Mas as opiniões na *pólis* ateniense se dividiam. Uns achavam que se deveria entrar em um acordo com Esparta, outros consideravam a guerra inevitável. Péricles, ao se pronunciar na assembleia, insiste na guerra e a maioria dos atenienses concordou com ele. Atenas entrou na disputa certa de que ganharia. De acordo com autores como Mossé (1997) e Finley (1988a), Péricles lançou mão de uma parte considerável do tesouro público ateniense, que poderia estar sendo guardado para tal ocasião. A tática do estrategista foi evacuar a zona rural e trazer todos para o centro urbano. Enquanto isso, os campos eram devastados pelo exército peloponésio. Porém, uma epidemia,

⁶ Atenas fez essas intervenções, devido a uma crise social interna. Como muitos atenienses não tinham como ter acesso à terra, não podiam ser considerados cidadãos. Assim, ao mesmo tempo que as *clerúquias* serviram como válvula de escape para o excedente populacional de Atenas, possibilitaram a ampliação da cidadania ateniense.

⁷ É válido lembrar que, dentro da própria Atenas, havia dissidentes da democracia. Essa posição era, na maioria das vezes, sustentada pela elite, a responsável por grande parte do pagamento de tributos. Os choques internos, na cidade, entre as facções, foram mais em torno da distribuição dos bens advindos do Império. A grande questão era: quem administraria esses bens diretamente?

até hoje de origem desconhecida, devastou a população ateniense no ano 430 a.C. A guerra, apesar desse fato, continuava, mas sem nenhum resultado decisivo. A oposição interna a Péricles começou a crescer, na medida em que este insistia na continuação das hostilidades, enquanto muitos já desejavam a paz. Mas, devido a sua influência sobre o *demos*, Péricles conseguiu convencer os atenienses a não ceder e foi reeleito estrategista. Por ironia do destino, pouco depois o próprio Péricles morreu, vítima da epidemia.

A guerra, contudo, continuava e se estendia por todo o mundo da Hélade. Nesse período, já podemos perceber a ascensão de homens populares, os chamados demagogos, a altos cargos da política ateniense, como Lísicles, que era vendedor de carneiros e sucedeu a Péricles, e Cléon, curtidor de peles.⁸ Cléon aparece no cenário grego a partir do momento da rendição de Mitilene. Era um radical e queria que a população masculina de Mitilene fosse morta e que as mulheres e crianças fossem reduzidas à escravidão, devido à acusação de traição por parte da *pólis* contra Atenas. Sua proposta não venceu na assembleia, mas o esmagamento da revolta dos mitilenos marcou uma reviravolta no curso da guerra. A partir daí, a guerra assumiu um tom mais ideológico, como uma luta entre duas concepções políticas diferentes – democracia e oligarquia. Como a guerra rompeu o equilíbrio do mundo grego, o conflito parecia fora de controle (SOUZA, 1988, p. 63-71).

Em meio a este cenário, começavam a surgir divergências mais acentuadas entre o *demos*, tanto que a democracia foi ameaçada duas vezes com os golpes oligárquicos de 411 e 404 a.C. Sobre este movimento oligárquico em Atenas, Buckley (1996, p. 132-134) diz que, em 411 a.C., primeira experiência oligárquica em Atenas após cem anos da expulsão dos tiranos, o corpo de cidadão ateniense foi reduzido de uma média de 40 mil para apenas 5 mil cidadãos, e, em 404 a.C., o golpe dos *Trinta Tiranos* reduziu o corpo de cidadãos para 3 mil cidadãos. Podemos dizer que o *demos* estava dividido em dois grandes grupos. De um lado estavam as pessoas do campo, para as quais os dez anos de guerra tinham sido muito duros, e que desejavam a paz, e de outro os *tetes*, para os quais a guerra era a garantia de um soldo regular e de vantagens materiais.

⁸ A palavra demagogo, que designa os líderes políticos que teriam surgido após a morte de Péricles, carrega um sentido pejorativo, construído pelos próprios atenienses antigos. O demagogo refletia algo ruim: um líder que enganava o povo, movido por seu próprio interesse, pelo desejo de aumentar seu poder e, com isso, ficar cada vez mais rico; pessoa que por meio da adulação e da lisonja, levava o povo a agir segundo a sua vontade (FAYE, 1996, 231). Mas, para Finley (1988b), essa abordagem é superficial. Surge, sim, após a morte de Péricles, um novo grupo de líderes, que não eram homens pobres, “[...] mas artífices, trabalhadores transformados em políticos, homens de posses que diferiam de seus antecessores no que dizia respeito a seus antepassados e a seus pontos de vista e que provocariam ressentimento e hostilidade por sua presunção de quebrar o antigo monopólio de liderança [...] representavam um elemento estrutural no sistema político ateniense [...], o sistema não poderia funcionar sem a presença deles [...] e a denominação é igualmente aplicável a todos os líderes, independentemente de classe ou ponto de vista [...] dentro de limites bem amplos eles devem ser julgados individualmente não por suas atitudes ou seus métodos, mas por seu desempenho” (FINLEY, 1988b, p. 55-90).

Esse movimento oligárquico, ocorrido ao final do século V a.C., também pode ser justificado em parte pela existência das *hetaireíai*, associações políticas ativas durante todo o período clássico. Lima (1998, p. 17-21), avalia que essas associações sempre congregaram simpatizantes do regime oligárquico, embora nem todas fossem de cunho oligárquico. O autor acrescenta que, em determinados momentos, membros de uma *hetaireíai* poderiam passar para uma *synomosía*, que já era um grupo propriamente oligárquico que buscava promover um golpe contra o regime democrático. Isso ocorreu no final da Guerra do Peloponeso, quando irrompem os dois golpes oligárquicos mencionados anteriormente.

A experiência do golpe oligárquico de 411 foi efêmera. Em 410, a democracia já tinha sido restabelecida em Atenas. Nesse momento, o comando pertencia a Alcibíades, promotor de uma campanha que visava ao restabelecimento das posições de Atenas no Helesponto. Em 407 a.C., Alcibíades foi eleito estrategista, recebendo plenos poderes para seguir com a guerra. Assim, partiu com uma esquadra de 100 navios. Mas Lisandro, almirante espartano, conseguiu subsídios persas para que os espartanos pudessem construir e equipar uma frota capaz de derrotar os atenienses (SOUZA, 1988, p.65-66). A guerra continuava no Egeu, só que, para conseguir custeá-la, Atenas teve de tomar medidas extremas, como fundir as vitórias de ouro do templo de Atená para pagar o soldo dos remadores e construir novos navios. O encontro decisivo ocorreu em Egospotamos (no Helesponto). A esquadra ateniense foi totalmente destruída, com exceção de alguns navios que conseguiram escapar. Todos os estrategistas, salvo Cônon, foram aprisionados (MOSSÉ, 1997, p.72). Os atenienses foram sitiados por terra e mar e forçados a aceitar um acordo de paz. Lisandro entrou no porto do Pireu com sua frota, os exilados voltaram e as muralhas em volta de Atenas e do Pireu foram demolidas. Acabava o Império Ateniense. A *pólis* estava arruinada e transtornada, e logo não tardou a ocorrer um segundo golpe oligárquico pelas mãos dos Trinta Tiranos. Esparta, que recebeu ajuda dos persas, foi a vitoriosa do confronto.⁹ Em Atenas, devido à perda da sua supremacia marítima e das riquezas advindas do Império, foi impossível amenizar os conflitos sociais e os problemas econômicos. A especialização militar e o número de mercenários aumentou, ocorreu o enfraquecimento do ideal do *camponês/cidadão/soldado*, o regime democrático entrou em uma profunda crise e, principalmente, começaram a florescer as ideias sobre um novo tipo de monarquia (SÚAREZ, 2007; MOSSÉ, 1975). Após este longo conflito, houve um desequilíbrio geral nas relações inter e *intrapólicas*. Conflitos eclodiram por toda a Grécia e a Hélade mergulhou na *stásis*.

⁹ Pouco tempo depois, Esparta também sofreria com as consequências do desfecho da Guerra do Peloponeso, entrando em uma profunda crise fundiária, que levaria à redução drástica do corpo de cidadãos e assistiria a revoltas ininterruptas dos hilotas (BUCKLEY, 1996, p. 424-442).

A ascensão da Macedônia: conflagração entre o mundo da *pólis* e o da *basileia*

Enquanto a Hélade passava por um momento crítico com a Guerra do Peloponeso, surgia, no cenário da Península Balcânica uma nova força – a Macedônia de Filipe II.¹⁰ Os macedônios ocupavam o continente europeu a oeste e ao norte de Delfos e das Termópilas. No século V a.C., a região era ainda um conglomerado de tribos que vivia da agricultura e do pastoreio. Enquanto grande parte da Grécia passava pela experiência políade, a Macedônia mantinha-se como uma realeza tribal hereditária ou, como nomeia Neyde Theml (1993), como um Estado-*Ethnos*. Até o final do século V a.C., a Macedônia nunca se mostrou uma ameaça potencial à Grécia políade. Mas quando Filipe assumiu o trono em 359 a.C., encontrou uma Macedônia em processo de unificação, que auxiliou a completar. Dessa forma, Filipe criava um reino poderoso e dava início a atividades políticas no exterior, principalmente na Hélade.

Para realizar tais propósitos, o monarca empreendeu uma série de reformas no sistema político e militar de seu reino. De uma realeza tribal baseada em um sistema de clã, fez surgir um extenso domínio governado por uma só pessoa e dependendo de um exército permanente, bem treinado e abastecido. O núcleo dessa força era proporcionado pelos pequenos proprietários rurais que serviam na infantaria e formavam a falange que mais tarde se tornou invencível. Os ricos proprietários de terras formavam agora um corpo de “conselheiros” do rei e supriam o exército com uma força de cavalaria de armas pesadas superior a qualquer outra existente na época (ROSTOVTZEFF, 1967, p. 129).

Enquanto o mundo em volta da Macedônia passava por uma grave crise, esta tornou-se um poderoso reino unificado. A Macedônia tinha deixado de ser inofensiva à Grécia. Momigliano (1992, p. 123-125) afirma que a política de Filipe possuía um caráter expansionista e os gregos não demoraram a perceber a ameaça que a Macedônia se tornava. Os atenienses, principalmente, sentiam seus interesses políticos e comerciais ameaçados com a conversão da Macedônia em um forte império marítimo. A partir da segunda metade do século IV a.C., Filipe passou a interferir constantemente na complicada política grega, sobretudo a partir da anexação das cidades gregas da Calcídia e da destruição de muitas delas, no decorrer de 349 e 348 a.C. Nesta época, o monarca derrotou a defesa ateniense da Calcídia e forçou Atenas a aceitar um tratado de paz. A

¹⁰ A origem dos macedônios é um tanto obscura. Talvez fossem gregos como os etólios e os acarnânios, talvez pertencessem à família dos clãs ilírios ou trácios, ou fossem o resultado da mistura dos três ramos indo-europeus mencionados acima que se fixaram aos poucos na região da Macedônia, miscigenados com a população local, formando assim um povo que, em diversos aspectos, diferia dos gregos. Os macedônios estavam entre os povos de língua grega não helenizados. Os gregos da *pólis* tinham dificuldade em compreender sua língua e os classificavam como bárbaros – enfim, para os gregos, os macedônios eram estrangeiros (HAMMOND, 2001).

partir desse momento, Filipe tinha a liberdade de interferir nos assuntos da Hélade. A convite dos Anfictíones, guardiães oficiais do templo de Delfos, assumiu o comando na luta contra os fócios e os derrotou. Os fócios foram expulsos da assembleia anfictiônica e seu lugar foi cedido a Filipe. A Macedônia foi reconhecida como membro (honorário) da família de Estados gregos. Foi nesse momento que o *basileus* apresentou pela primeira vez seu desejo de construir um "Império Universal", com a unificação do mundo então conhecido (*oikoumene*) (LONDEY, 1994, p.25-30).

A Macedônia aparecia, assim, como a grande força centralizadora desse mundo, o que realmente provou ser, em 338 a.C., em Queroneia, ao submeter as cidades gregas ao seu domínio. Esse momento representou a conflagração entre o mundo da *pólis* e o de Filipe. Filipe saiu vencedor e se consagrou como o chefe militar dos gregos – o *hegemon*. Em 337 a.C., enviados de todos os estados continentais, exceto Esparta, formaram juntos com Filipe uma Liga Grega, a chamada Liga de Corinto, que se comprometia a aplicar a lei, e não a guerra, em seus assuntos internos. Na primeira reunião do conselho da Liga, estabeleceu-se uma aliança ofensiva e defensiva perpétua entre os estados gregos, os *gregos* e os *macedônios*. Gregos e macedônios declararam guerra ao Império Aquemênida, com o pretexto de vingar a profanação das tumbas gregas pelos persas em 480 a.C., durante as Guerras Greco-Pérsicas.

O século IV a.C. e os diferentes ideais políticos: *pólis*, *cosmopólis* e *basileia*

Com a conquista da Hélade por Filipe, em 338 a.C., e depois sob o governo de Alexandre (336-323 a.C.), a autonomia poliáde foi se esvaindo cada vez mais, e vemos surgir no século IV a.C., um novo posicionamento diante da monarquia e do soberano no mundo poliáde. Nesse período configura-se a imagem de uma *basileia* positivada a partir das virtudes de um soberano ideal, como observa-se no trecho abaixo redigido por Xenofonte:

[...] Os líderes que se inspiram nos deuses, que são corajosos, capazes, deem-lhes para comandar esses mesmos soldados, confiêm-lhes quaisquer outros, se quiserem, eles têm domínio sobre homens cujo sentido de honra impede-lhes de cometer um ato contrário às leis da honra, que compreendem as vantagens da obediência e, usando de seu orgulho para obedecer cada um por sua conta e todos juntos, quando é preciso sacrificar-se, sacrificam-se com boa vontade [...] Eis aqueles a quem se pode de direito chamar de *basileus* pela grandeza de seu caráter, aqueles a quem muitos soldados seguem com a mesma boa vontade, e pode-se dizer que é terrível o braço do guerreiro que se adianta com tantos braços dispostos a obedecer-lhe: é verdadeiramente grande esse homem capaz de realizar grandes coisas pela força do seu caráter mais do que pelo vigor de seu corpo (Xenophon, *Memorabilia*, XXI, 5-8).

Esse novo posicionamento diante da monarquia e do soberano ideal foi favorecido por três fatores: pelo ideal de cosmopolitismo, que começou a ganhar cada vez mais espaço após a Guerra do Peloponeso; por uma nova configuração da *paideia* do príncipe, no século IV a.C.; e, em parte, pela ascensão de líderes que se mostravam capazes de solucionar os conflitos da Hélade, sobretudo a partir da intromissão de Filipe II no mundo das *póleis*.

Para Reale (2003, p. 228), mediante o ideal da *cosmópolis* dissolvia-se a antiga equação entre homem e cidadão. O mundo passava a ser considerado uma imensa cidade, sendo o homem grego obrigado a buscar uma nova identidade após o domínio romano. No que se refere ao pensamento de Reale temos duas questões. Primeiro, é difícil falar sobre *um homem grego* em qualquer período, pois, mesmo no mundo da Hélade havia uma complexidade e diversidade ao se falar de um modelo, mesmo que de cidadão, unificado para todo o território. Em segundo lugar, as ideias sobre a *cosmópolis* são bem anteriores à dominação romana, pois a nova identidade grega é estruturada/reestruturada a partir do século IV a.C. (ANDRÉ, 2009).

Esse tipo de pensamento foi associado por alguns autores, como Thébert (1987), ao *pan-helenismo* que,¹¹ que devido aos problemas do século IV a.C., sofreu uma importante mutação. Pensadores como Hípias e Antifonte falavam sobre uma igualdade entre os homens. O pensamento sofístico desses dois autores dissolvia antigos preconceitos ligados à aristocracia e ao tradicional particularismo da *pólis*. Ao mesmo tempo, o pensamento de Hípias e de Antifonte também colocava em cheque a visão comum que os helenos possuíam sobre a sua superioridade em relação aos outros povos, ao afirmarem que cada cidadão, de cada cidade, era igual a cada cidadão de outra, que cada homem de cada país era igual a cada homem de outro, porque, por natureza, todos os homens eram iguais. Mesmo que esses pensadores não tenham delimitado no que consistia esta igualdade e quais os seus fundamentos, percebemos em seus escritos que o sentido de comunidade, tão forte na *pólis* clássica, entrava em colapso, surgindo ao mesmo tempo a afirmação de um individualismo e a ideia de uma *cosmópolis* (VIDAL, 1998, p. 37-50; JAEGER, 2013, p. 1080).

Isócrates foi um dos que abraçaram o ideal cosmopolita. Em 380 a.C., escreve um panegírico dedicado à *pólis* ateniense com a intenção de persuadir os gregos a buscarem a

¹¹ Com o fim das Guerras Greco-Pérsicas, o fluxo de pessoas das mais diversas origens que circulavam pela Grécia aumentou significativamente. Este fato levou alguns a questionarem as diferenças estabelecidas entre os próprios gregos. Um grupo que partilhava de tal ponto de vista era composto pelos chamados sofistas. Indo de cidade em cidade para ensinar, mais do que cidadãos de uma simples *pólis*, eles se sentiam cidadãos da Hélade. Do ponto de vista político, com os conflitos do século V e IV a.C., muitos políticos viam em uma união das *póleis*, no sentido de cessarem as hostilidades, uma forma de amenizar a crise na Grécia.

salvação para si mesmos através da união da Hélade. Propondo uma aliança entre Atenas e Esparta, Isócrates as exortava a promover uma campanha antipersa como solução para os problemas sociais. Isócrates defendia o sistema constitucional ateniense, realçando os benefícios das leis e evocando o passado de glória da *pólis*, afirmando que as leis democráticas eram a causa dos maiores bens para os homens e equiparando a oligarquia à tirania (*Paneg.* 39-40). Mas Isócrates, poucos anos depois, volta sua atenção para os príncipes e suas respectivas formações pedagógicas, enxergando cada vez mais nestes homens a solução para os problemas que afligiam a Hélade. Na opinião de Isócrates, a nova *basileia* do século IV a.C. deveria se basear no governo de um só de acordo com uma lei fixa e uma norma superior, que derivaria de uma legislação ideal, dissociando-se assim a realeza da ideia de tirania. A monarquia, dessa forma, seria a melhor forma de governo. Isócrates chega a mencionar os exemplos de Zeus, dos estrategos e até do Grande Rei. A monarquia assim delineada limitaria os poderes do rei por meio das virtudes da justiça e da temperança, atributos que o monarca deveria reivindicar para si como pilares fundamentais de seu governo, em contraste com a concepção predominante das virtudes guerreiras do príncipe (JAEGER, 2013, p. 1124-1137). A *paideia* do príncipe, assim, seria a única fonte da qual as virtudes brotariam, sendo a mais perfeita *paideia* a *areté*.¹²

Quando Isócrates percebeu a crescente força da Macedônia, viu em Filipe II seu chefe idealizado. Em 346 a.C., Isócrates compõe um discurso em homenagem a Filipe. No período, o poder macedônio era incontestável aos olhos dos helenos, e Isócrates, enxergando uma oportunidade para a solução dos conflitos internos da Grécia e talvez, ao mesmo tempo, buscando amenizar os impactos do poder macedônio sobre esta, exalta a figura de Filipe como possível salvador da Hélade. Neste discurso, volta às premissas básicas do seu pensamento sobre a *basileia*. Aconselhando o monarca, Isócrates afirma que o rei deveria tratar as *pólis* com igualdade e justiça, empreendendo atividades vantajosas para os gregos, como promover a paz entre as *pólis*:

Porque penso que o importante é que vós, sem abrir mão de nenhum de vossos negócios, trateis de reconciliar a cidade dos Argivos, a dos Lacedemônios, a dos Tebanos e a nossa. Pois se puderdes tranquilizar estas, não será difícil, ao que entendo, fazer com que as demais concordem. Pois todas já estão sujeitas a estas que mencionei e, quando têm medo, recorrem a qualquer uma dessas quatro [...] para serem socorridas. Assim, se trouxerdes à razão as quatro cidades mencionadas, livrareis todas as demais de muitos males (Isocrates, *Ad Philippum*, 21-22).

¹² Que está associada à excelência em todos os sentidos, inclusive da alma. Podendo configurar como virtude, coragem e honra, e geralmente vinculada aos heróis.

Como foco central da obra dedicada a Filipe, temos a campanha contra a Pérsia. A conquista do território persa seria, em parte, uma solução para os problemas que afligiam os gregos. Isócrates desenha, ao longo do seu discurso, a imagem do *basileus* macedônio como o governante ideal para liderar uma campanha contra o Império Aquemênida. Filipe seria o herói, o homem providencial, que salvaria os gregos deles mesmos:

[...] É pois, próprio de um homem esforçado e amante dos gregos, e que tem capacidade maior que os demais, valer-se desses homens perdidos [gregos despossuídos] contra os bárbaros, pagando-lhes com terras que mencionei antes; livrar os soldados estrangeiros dos males que padecem e que fazem os outros padecerem; com eles formar várias cidades que sirvam de defesa para a Grécia e que sejam para todos nós um resguardo. Porque, se isso fizerdes, não só os fareis felizes, como proporcionareis a todos nós vivermos seguros (*Ad Phil.*, 81-82).

Devemos destacar, no entanto, que apesar das ideias cosmopolitas e daquelas a favor de uma nova tipologia de monarquia coexistirem nesse período, mesmo com a crise da *pólis*, muitos pensadores, vão se manter presos ao ideal da tradição políade – como o orador ateniense Demóstenes.

Demóstenes situava-se dentro de uma tradição surgida após as Guerras Greco-Pérsicas, que considerava os persas os bárbaros por excelência, porém sem tratá-los como seres inferiores, mas apenas como elementos exteriores ao mundo grego. Nessa tradição, a cidade de Atenas ocupava lugar de destaque. Vencedora das Guerras Greco-Pérsicas, Atenas deveria liderar as demais *póleis* na afirmação de um ideal pan-helênico. A grande Pérsia entraria como um mundo estrangeiro que tinha como função demarcar a fronteira entre gregos e não-gregos. A hegemonia ateniense deveria ser apenas sobre o mundo helênico. Demóstenes e o grupo ao qual pertencia julgavam que o melhor para Atenas, no período que sucedeu a Guerra do Peloponeso, não era perseguir a quimera da união de todos os gregos, mas, sim, impedir que outra potência prevalecesse na própria Grécia. Quando as ambições de Filipe se revelaram, os atenienses se concentraram na defesa enérgica da influência de Atenas contra o *basileus* macedônio e na prevenção diante do ataque que este certamente acabaria lançando contra a cidade. Tal foi a linha de conduta de Demóstenes durante quase toda a sua vida. Nas *Filípicas*, Demóstenes deixa claro o confronto intelectual com o grupo representado por Isócrates, pois é totalmente contra o domínio da Grécia por Filipe, ou por qualquer outro monarca – a *basileia* seria aqui ainda associada à tirania, independente das possíveis virtudes do príncipe. Demóstenes acusa Filipe de se aproveitar da discórdia entre os helenos para escravizá-los, pede que os atenienses esqueçam as lisonjas e promessas feitas pelo monarca e propõe, inclusive, se necessário, um acordo com a Pérsia para enfrentar a ameaça macedônia. Demóstenes

presentia a conquista de toda a Hélade, em pouco tempo, por Filipe e não admitiria isso de forma alguma, razão pela qual passou grande parte do tempo nas assembleias, tentando imbuir os seus pares da convicção de que o governo de Filipe colocaria fim à liberdade dos gregos (ROBERT, 1987, p. 92). Na *Segunda Filípica*, o orador rotula Filipe de forma depreciativa, e o acusa de ser violento, injusto, conspirador, praticante de atos funestos, enganador e, o mais interessante, tirano, e diz que o próprio fato de ser um monarca o torna avesso à liberdade:

‘Certamente, por Zeus’, alegava eu,¹³ ‘as cidades inventaram muitos meios para proteção e segurança, tais como redutos, muralhas, valas e outros meios análogos. E todas essas obras são criadas pelas mãos do homem e exigem despesas; contudo a natureza dos sensatos possui em si mesma um meio comum de proteção, que é bom e causa salvação para todos, mas sobretudo para as democracias, contra os tiranos, Qual é esse meio? A desconfiança. Guardai-a, agarrai-vos a ela; se a conservais, seguramente nada de mal sofrereis.’ ‘Que procurais?’ dizia eu. ‘A liberdade? Então não vedes que Filipe tem até mesmo seus títulos completamente estranhos a ela? De fato, cada rei, cada tirano é inimigo da liberdade e adversário das leis’. ‘Não usareis de cautela’, dizia eu, ‘para que, procurando vos livrar da guerra, não encontreis um senhor todo-poderoso?’ (Demosthenes, *II Philippic*, 23-25).

Com uma linha de pensamento diferente sobre os rumos que o mundo da *pólis* deveria tomar após os abalos sofridos, Demóstenes apresenta uma imagem do quão arraigados ao ideal políade ainda estavam muitos dos gregos no século IV a.C. Esses diferentes posicionamentos sobre o rumo do território das *pólis* deixa claro como o período após a Guerra do Peloponeso é um período de desestruturação e reconfiguração política e mesmo cultural. Mas a questão é que ambas as alternativas, encarnadas no pensamento de Isócrates e Demóstenes, e as de outros pensadores, que propunham alternativas diferentes para solucionar a crise do sistema políade, no fundo, eram incompatíveis com a própria natureza da *pólis*. Em um momento de crise, quando se busca afirmar valores e identidades, acaba-se por reconstruí-los e por dar a eles novos significados. O que temos então é um conflito entre concepções políticas distintas. Como é próprio dos discursos dos oradores, a produção de imagens, o estabelecimento de clivagens e cristalização de posições, a legitimação de comportamentos e atitudes e a criação de mitos, todos esses recursos simbólicos foram manipulados por Isócrates e Demóstenes, e outros pensadores da época.

¹³ Neste momento do discurso, Demóstenes expõe aos atenienses os mesmos pontos que mostrou para os messênios e argivos, quando foi enviado com uma missão para o Peloponeso. O que é ressaltado é o comportamento de Filipe com relação aos olíntios e tessálios, que comprova a má-fé com que age o rei macedônio.

Referências

Documentação textual

- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.
- DEMOSTHENES. *Orations: olynthiacs, philippics, minor public orations*. Translated by J. H. Vince. London: Loeb Cassical Library, 1998.
- ISÓCRATES. *Discursos histórico-políticos*. Traducción por A. R. Romanillos. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1944.
- ISOCRATES. *Panegyricus*. Translated by G. Norlin. London: Harvard University Press, 1961.
- PLATÃO. *Górgias*. Tradução de C. A. Nunes. Pará: UFBA, 2002.
- XENOFONTE. *Memoráveis*. Tradução de A. E. Pinheiro. Coimbra: Centro de estudos Clássicos e Humanísticos, 2008.

Obras de apoio

- ANDRÉ, A. A crise do sistema *políade*: a redefinição da identidade ateniense nos discursos de Isócrates e Demóstenes (séc. V e IV a.C.). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- BUCKLEY, T. *Aspects of Greek history: 750-323 B.C.* London: Routledge, 1996.
- CANFORA, L. O cidadão. In: VERNANT, J. (Org.). *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994, p. 105-129.
- CARDOSO, C. F. *A cidade-Estado antiga*. São Paulo: Ática, 1985.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FAYE, J. Demagogia. In: ROMANO, R. (Org.). *Einaudi: política/tolerância/intolerância*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1996, p. 231-245. v. 22.
- FINLEY, M. I. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 1988a.
- FINLEY, M. I. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988b.
- GUARINELLO, N. L. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1987.
- HAMMOND, N. G. L. *The Macedonian State: origins, institutions, and history*. Oxford: Claredon Press, 2001.
- JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- LIMA, A. C. C. Os conflitos sociais gerados pelas *hetaireíai* nos simpósios em Atenas no final do V século a.C. *Phoînix*, ano 4, p. 17-23, 1998.

- LONDEY, P. Philip II and the Delphic Amphiktony. *Meditarch*, v. 7, p. 25-34, 1994.
- MOMIGLIANO, A. *Philippe de Macédoine: essai sur l'histoire grecque du IV siècle av. J.-C.* Milano: L'Éclat, 1992.
- MOSSÉ, C. *Atenas: a história de uma democracia.* Brasília: Editora da UNB, 1997.
- MOSSÉ, C. *As instituições gregas.* Lisboa: Edições 70, 1985.
- MOSSÉ, C. *Histoire des doctrines politiques en Grèce.* Paris: PUF, 1975.
- PLÁCIDO SÚAREZ, D. Las formas del poder personal: la monarquía, la realeza y la tiranía. *Gérion*, 25, n. 1, p. 127-166, 2007.
- REALE, G. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média.* São Paulo: Loyola, 2003.
- ROBERT, F. *A literatura grega.* São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- ROCHA, M. C. C. F. A palavra como prática política na democracia ateniense. *Phoînix*, n. 1, p. 115-121, 1995.
- ROSTOVZEFF, M. *História social y económica del mundo helenístico.* Madrid: Espasa-Calpe, 1967.
- SOUZA, M. A. P. O estrangeiro e o bárbaro na Grécia antiga: a questão da alteridade. In: FÉLIX, L. O.; GOETTEMS, M. B. (Org.). *Cultura grega clássica.* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1988, p. 55-68.
- THÉBERT, I. Reflexão sobre a utilização do conceito de estrangeiro: evolução e função da imagem do bárbaro em Atenas na época clássica. *Diógenes*, v. 9, p. 17-33, 1987.
- THEML, N. A realeza dos macedônios (VIII E VII a.C.): uma história do outro. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- VECA, S. Política. In: ROMANO, R. (Org.). *Einaudi: Política/tolerância/intolerância.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1996, p. 11-35. v. 22.
- VIDAL, G. R. Procedimientos de la argumentación retórica de Antifonte a Quintiliano. *Habis*, v. 29, p. 37-50, 1998.